

## **PRAÇA DO MERCADO: ENCRUZILHADA DA CIDADE. Campinas, século XIX \***

Valter Martins

Professor-doutor do Departamento de História da  
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

### **INTRODUÇÃO**

A vila de São Carlos, cidade de Campinas a partir de 1842, destacou-se no cenário econômico da província de São Paulo durante as primeiras décadas do século XIX por sua grande produção de açúcar para exportação. Entremeando as grandes fazendas de cana e seus engenhos movidos por escravos, muitos homens livres dedicavam-se à 'pequena agricultura' em seus sítios, produzindo alimentos para sua subsistência e abastecimento da população urbana. Arroz, feijão, milho, farinha, toucinho, verduras, ovos, aves e carne podiam ser encontrados nas 'casinhas' <sup>1</sup> mas eram distribuídos também pelas ruas da cidade, de porta em porta, pelos próprios agricultores ou ambulantes que revendiam tais gêneros para o consumo cotidiano <sup>2</sup>.

Durante a década de 1840 a cafeicultura ocupou cada vez mais terras e mão-de-obra, tornando-se em pouco tempo a principal atividade econômica do município que seria responsável por grande parte das exportações do produto durante a segunda metade do século XIX.

Consolidada como a mais importante fonte de divisas para o país, a exportação de café para os Estados Unidos e Europa fez de Campinas uma cidade que experimentou os encantos e desencantos decorrentes da rápida acumulação de capital.

O avanço da lavoura cafeeira transformou a paisagem rural, urbana e a sociedade campineira. A crescente necessidade de braços para os cafezais em expansão motivou as primeiras experiências com trabalhadores imigrantes da região <sup>3</sup>.

Enquanto sua população rural e urbana crescia com a chegada dos escravos, nacionais livres e imigrantes, o café avançava sobre terras que anteriormente produziam cana-de-açúcar e alimentos. Isso contribuiu para que a cidade enfrentasse várias crises de abastecimento durante a década de 1850, agravadas pela ação dos atravessadores que especulavam com a escassez de víveres diante do rápido aumento da demanda.

Essas dificuldades que atingiram de maneira geral a população urbana, especialmente a mais pobre, foi argumento que levou à criação, pela câmara de Campinas, do primeiro mercado

municipal, para melhorar e centralizar o comércio de alimentos, além de combater os atravessadores — considerados inimigos públicos número um. As taxas que seriam cobradas naquele espaço foram ‘esquecidas’ ...

O mercado começou a ser erguido em 1859 sendo concluído em 1861, com verbas da própria câmara municipal. Constituindo um dos muitos e significativos melhoramentos urbanos que a localidade receberia ao longo da segunda metade do século XIX, a “Praça do Mercado” tornou-se um dos lugares mais freqüentados da cidade <sup>4</sup>. No mercado circulavam escravos, libertos, livres e imigrantes o que preocupava as autoridades municipais que estabeleceram um regulamento e posturas municipais específicas, instituindo também o cargo de inspetor do mercado visando normatizar as atividades comerciais, fiscalizar a qualidade dos alimentos e controlar os movimentos de seus muitos e variados visitantes <sup>5</sup>.

## **MERCADO: ESPAÇO DE VÁRIAS TROCAS**

No espaço do mercado aconteciam muitas coisas sem que necessariamente tivessem a ver com o comércio gêneros alimentícios. Sabendo disso, as autoridades municipais procuravam restringir a circulação e a atividade de seus freqüentadores apenas à compra e venda. O artigo 14 do regulamento de 1864, proibia dentro da praça do mercado “o ajuntamento de escravos que não estejam comprando ou vendendo e o ajuntamento de pessoas inertes, que não estejam comprando ou vendendo, e que possam incomodar o expediente do negócio de quem compra e vende (...)”. O regulamento buscava prever tudo, até mesmo os casos de ébrios e loucos se apresentando no mercado para vender gêneros alimentícios. Os artigos 15 e 16, instruíam o procedimento do inspetor naquelas situações. Quando se tratasse de um bêbado, o inspetor deveria apreender a mercadoria diante de testemunhas e guardá-la em um quarto para devolvê-la quando o indivíduo estivesse sóbrio. Se houvesse alguma contestação, tudo seria resolvido pela autoridade policial. Se um louco fosse ao mercado para vender alguma coisa ou quando “desenvolver-se a loucura estando na praça”, o inspetor deveria comunicar imediatamente o delegado para tomar as providências. Essas mesmas disposições estavam presentes nos regulamentos de 1866 e 1876. Nesse último, pelos artigos 21, 22 e 23, ficavam proibidas também as algazarras, a prática de atos imorais, fogueiras, inscrições nas paredes e a presença de turbulentos e vadios. Pelo que se pode notar, a praça do mercado era bem movimentada e de todos, ainda que, pelo menos em princípio, se destinasse apenas a vendedores e compradores. (**Regulamentos do Mercado**, 1864, 1866 e 1876)

A praça do mercado era uma vitrine viva e dinâmica da população da cidade e de sua extensa área rural e, por isso mesmo, lugar privilegiado para a tentativa de estabelecer normas, limites, que a própria população iria balizar, aceitando ou rejeitando as regras que o poder público tentava impor. Esse movimento de atração e reunião exercido por aquele espaço público acabava gerando tensões, fazendo com que o inspetor reivindicasse a presença constante de pelo menos um policial no mercado, “a fim de prevenir rixas e conflitos que ali se dão, em consequência da acumulação de pessoas de todas as condições” (ACMC <sup>6</sup>, 22/01/1877). Como assinalou E.P.Thompson, a passagem das colheitas dos campos para as casas dos habitantes da cidade dava margem a “complexidades irradiadoras, oportunidades de extorsão, pontos de inflamação” <sup>7</sup>.

A manutenção da ordem dentro do mercado era mais uma das ingratas atribuições do inspetor mas a tarefa era impossível de ser realizada por apenas uma pessoa (MARTINS, 2001, p.231-249). Os ofícios dos inspetores dirigidos à câmara pedindo a presença de policiais no mercado foram recorrentes ao longo dos anos. O motivo era sempre o mesmo: manter a ordem, dar segurança e prevenir furtos.

Havia no mercado um indesejável movimento comercial noturno, que levou o inspetor a solicitar seu fechamento com grades em 1863 porque lhe chegavam denúncias de que os importadores estavam retirando gêneros na calada da noite, principalmente quando havia escassez na cidade. O fato é que as vendas clandestinas de gêneros alimentícios sob a luz do luar eram freqüentes, levando o inspetor a pedir a instalação de portões na praça do mercado em 1871. O fechamento do mercado tinha ainda a segunda intenção de dificultar as fugas dos comerciantes caloteiros. Depois de algum tempo negociando e morando no mercado, não era raro acontecer que em uma das belas noites campineiras alguns comerciantes saíssem para tomar a fresca e “punham-se ao fresco”, como se dizia na época. Desapareciam na noite sem despedida e sem pagar o aluguel do quarto (ACMC, 09/02/1862; 07/01/1863; 09/05/1863; 12/06/1871; 10/06/1872). Mesmo com todos esses problemas, nunca se cogitou em proibir que muitos comerciantes dormissem no mercado. O pouso no próprio local de trabalho era, de certa forma, um meio de tornar viável e atrair a vinda de importadores de locais mais distantes. Além disso, gerava alguma renda.

Dormir no mercado podia ser prático mas podia também ser perigoso. Na noite de domingo, 12 de março de 1882, alguns vendedores de galinhas ressonavam placidamente sob a varanda do mercado quando foram subitamente despertados por uma saraivada de pedras, atiradas por um grupo de seis ou oito indivíduos. Assustados, recolheram-se a seus quartos para evitarem maiores conflitos (**Diário de Campinas**, 14/03/1882).

As noites do mercado eram tentador convite a outros tipos de freqüentadores. Desde o início de suas atividades ocorreram inúmeros furtos em suas dependências. Em 1862, depois de várias incursões dos amigos do alheio, o inspetor comunicou ao sub-delegado de polícia que eram necessários dois guardas no mercado, “a fim de se poder policiar a praça” (ACMC, 14/01/1862). Os larápios atacavam visando principalmente o escritório do inspetor em busca de dinheiro, e também os quartos onde poderiam se abastecer com gêneros alimentícios para venda ou consumo próprio. Na noite de 23 para 24 de março de 1885, os gatunos subtraíram a quantia de 50\$050 réis do escritório do inspetor e entraram em oito quartos de importadores. O **Correio de Campinas** noticiou o fato com muitos detalhes, talvez exagerados, talvez verdadeiros: o valor subtraído seria na verdade o dobro do admitido pelo inspetor e dos quartos dos comerciantes, além de dinheiro, vários objetos haviam desaparecido, entre eles uma faca de prata e uma fração da Loteria da Corte. Os casos de arrobamentos no mercado eram muitos, e atravessaram as décadas. (Arq.CMC <sup>8</sup>, cx. C1/4, pasta 1885/I, 20/04/1885; ACMC, 31/03/1885; **Correio de Campinas**, 27/03/1885)

Mas se o mercado era animado à noite, durante o dia, com a concorrência do público, a animação era muito maior. A clientela estava longe de ser homogênea, tanto em termos de etnia, ofício, condição social e até mesmo intenções. Entre eles pequenos produtores rurais, revendedores de gêneros alimentícios, consumidores, tropeiros, atravessadores, policiais, gatunos, curiosos e gente desocupada, ocupada em observar o movimento. Os sotaques eram variados e por entre sacos de arroz, feijão e farinha, queijos mineiros e gaiolas, ecoavam os ruidosos pregões. O vai e vem das carroças e o tilintar de balanças e moedas, misturavam-se ao rumor vindo dos botequins e do chafariz vizinhos, este último, domínio das barulhentas lavadeiras.

Tanta vida concentrada em espaço tão reduzido, gerava conflitos que faziam parte do cotidiano. Uns banais, outros nem tanto. Em fevereiro de 1882 a **Gazeta de Campinas** noticiava que: “outro dia, duas pessoas se deliciaram em esmurrar-se” no mercado, fazendo notar a conveniência de ser mantido ali um guarda para evitar aquelas cenas de pugilato (**Gazeta da Campinas**, 07/02/1882). Em maio daquele mesmo ano, tais cenas voltaram a se repetir. Por volta do meio dia, “um grupo de mulheres estrangeiras, travou-se de razões e passaram às vias de fato, esmurrando-se reciprocamente a valer”. Acalmados os ânimos, o saldo do entrevero foram hematomas, arranhões e chumaços de cabelos ao vento (**Gazeta da Campinas**, 05/05/1882).

O comércio de gêneros alimentícios nem sempre acontecia de maneira muito amistosa. Prova disso é que a **Gazeta de Campinas** publicou um recado à polícia, chamando sua

atenção para “os constantes distúrbios que se dão no mercado entre algumas pessoas que trazem gêneros para vender e outras” (**Gazeta de Campinas**, 17/04/1884).

O mercado podia ser palco de discussões, desordens e furtos mas em suas dependências não se registrou nenhum assassinato, coisa aliás, bastante comum em Campinas na segunda metade do século XIX, como informam os processos crime <sup>9</sup>. Entretanto, comerciantes pouco escrupulosos não eram uma raridade no mercado. O senhor de engenho Francisco Vaz do Amaral, residente em Capivari, disse que “tendo trazido a este mercado para ser exposta à venda pública uma pequena carreação de açúcar e aguardente, entregou esses gêneros a Luís Barbosa de tal, ex-caixeiro de Vergueiro & Companhia que se achava estabelecido naquela praça, para vendê-los por sua conta. Tendo vendido parte desses gêneros, desapareceu ontem desta cidade levando a quantia de cento e quarenta e tantos mil réis que havia apurado, e deixando de restituir o resto dos gêneros que ficaram em seu poder. Procurando indagar dele, chegou ao conhecimento de que havia se evadido com o dinheiro, tendo previamente disposto do que tinha no seu armazém para facilitar a sua fuga...” (APESP – ACC <sup>10</sup>, n.º 4053, lata 25, processo 626, 1862). O logrado Amaral ficou no prejuízo.

Espertalhões, jogadores e outras figuras de honestidade duvidosa, marcavam ponto no mercado para exercerem suas sutís habilidades: pequenos golpes como pagar menos pela mercadoria que o combinado; vender produto de roubo, como certa ocasião em que um negro tentou vender um cavalo muito abaixo do preço, e até mesmo extorsões praticadas por policiais que deveriam manter a ordem no local e acabavam por tirar proveito de sua posição (**Correio de Campinas**, 02/02/1887; **Diário de Campinas**, 30/11/1880; **Diário de Campinas**, 04/11/1887).

Entre tais ocorrências, nada superou os jogos ilícitos de sorte e azar.

Naqueles tempos, a malandragem da cidade tinha certa predileção em aplicar seus golpes contra os pequenos agricultores, conhecidos então como ‘caipiras’, que iam regularmente à cidade vender os produtos de suas roças, hortas e criações no mercado. Para os pilantras de plantão, as palavras caipira e matuto, eram sinônimos de trouxa e otário.

Não por acaso, o mercado ficou conhecido também como “mercado dos caipiras”.<sup>11</sup>

Em uma a noite de outubro de 1881, jogadores profissionais de vermelhinha aliviaram 40\$000 réis de um “pobre caipira que veio vender mantimentos no mercado. O caipira explorado retirou-se da cidade, deitando lágrimas pelo caiporismo que lhe arrasou o cobre e o deixou a ver navios. É bom que a polícia olhe para estas coisas. O tais jogadores costumam ir ao mercado armar a rede à boa fé dos roceiros que os acompanham e jogam em outros lugares, para não correrem perigo de serem apanhados” (**Diário de Campinas**, 15/10/1881) <sup>12</sup>.

Pouco tempo depois, o **Diário de Campinas**, com a frase “um espertalhão acaba de enfiar um caipira por uma agulha”, introduzia mais uma notícia envolvendo jogadores e caipiras (**Diário de Campinas**, 26/11/1881). Até mesmo comerciantes do mercado acabavam envolvidos com o jogo ilícito e quem levava a pior eram sempre seus fornecedores rurais, os caipiras, que voltavam para seus sítios sem mercadoria, com bolsos vazios. O jogo estava tão difundido no mercado que motivou uma denúncia na **Gazeta de Campinas**: “O Jogo – Está tudo minado meu povo! Ter negócio no mercado e ter jogo de víspera e cartas atrás do mercado, isto é demais! Acabam com os nossos vendedores de frangos. A polícia deve estar alerta, e bem alerta” (**Gazeta de Campinas**, 15/06/1882) 13. O texto era assinado por alguém com pseudônimo “O caipira”. Nessa denúncia, onde os nomes do denunciante e denunciado não aparecem, pode-se perceber que certas práticas não eram apenas privilégio de trapaceiros de profissão. O jogo fazia parte do lazer popular e o mercado com sua rotatividade cotidiana, era um ótimo local para encontrar parceiros ou vítimas.<sup>14</sup> Os códigos de posturas municipais procuravam regular os jogos praticados na cidade dividindo-os em lícitos e ilícitos. Os lícitos ocorriam em casas de jogo ou tavolagem, como eram então conhecidas, que pagavam licença à câmara e nas quais era vedada a presença de escravos e menores. Eram considerados jogos ilícitos todos aqueles realizados fora das casas legalizadas de jogo. Aos que se aventuravam jogar nas ruas e outros locais públicos estava reservada a multa de 30\$000 réis e o dobro na reincidência (**Código de Posturas** 1864, Capítulo 7º. **Código de Posturas** de 1880, Título V).

Na Inglaterra vitoriana a proibição de vários jogos envolvendo apostas e outras diversões visava a imposição de um novo padrão de conduta moral e social para as massas consideradas ‘bárbaras’. Nesse processo ‘civilizatório’, lá como cá, a polícia revestiu-se de uma função disciplinadora, regulando e limitando certas atividades e diversões a lugares e horários determinados. As regras da ordem policial chocaram-se inevitavelmente com muitos dos costumes populares, “exigindo das classes pobres uma adaptação um tanto dolorosa aos novos padrões de decoro urbano e transformou em grande parte o cotidiano da classe trabalhadora, desde a troca de mercadorias ao lazer e à vida social”<sup>15</sup>. As resistências não foram poucas<sup>16</sup>.

O jogo era, portanto, oficialmente proibido no espaço público do mercado e por isso acontecia de maneira velada, atrás do prédio, ou então em outro lugar mais seguro mas com gente aliciada ali, caipiras de preferência. Os jornais colocavam os caipiras sempre na condição de vítimas, de simplórios e gente de boa fé, que caíam facilmente nas garras dos mandriões. No entanto, pelo menos com relação ao jogo, é bom lembrar que os homens do campo podiam acabar iludidos mas por certo não eram arrastados ao jogo pelos colarinhos. A idéia de poder

ganhar dinheiro fácil era algo sedutor para qualquer pessoa. O problema é que a gente do campo não tinha a mesma 'sorte' no jogo que seus parceiros da cidade.

O mercado com seu comércio de gêneros alimentícios atraía gente do campo e da cidade de Campinas e também de outras cidades e províncias que vendiam sua produção e compravam tais produtos para seu próprio consumo ou para revenda. Nesse universo colorido e movimentado, marcado pelo encontro cotidiano de livres, escravos, libertos e estrangeiros das mais diversas origens, as autoridades municipais procuravam ordenar e controlar aquele importante espaço público, necessário ao regular abastecimento urbano através de um regulamento, posturas municipais, de um inspetor e da polícia. As limitações das ações oficiais surgiam do cotidiano dos freqüentadores do mercado, o que resultava em embates ou 'descaso' das autoridades — como indica o jogo nas dependências do mercado.

Com dias mais calmos e outros nem tanto, o mercado cumpria suas funções econômicas e sociais do comércio e do abastecimento. Por abrigar pessoas com grande diversidade de interesses, necessidades, intenções e etnias, em seu espaço ocorriam além de trocas comerciais, certamente inúmeras trocas culturais, o que determinavam seu dia-a-dia.

---

\* Uma versão pouco modificada deste texto, com o título **Praça do mercado: lugar de muitas trocas. Campinas, segunda metade do século XIX**, foi apresentada no IV Seminário de Pesquisa dos Centros de Memória da UNICAMP, junho 2005

<sup>1</sup> As 'casinhas' eram um tipo de comércio de alimentos que recebia essa denominação devido ao espaço físico limitado que ocupavam: pequenas casas ou barracas dispostas lado a lado ao longo de uma rua, ou edifícios subdivididos internamente em pequenos compartimentos nos quais se vendiam hortaliças, carne verde e cereais. As 'casinhas' constituíram os primeiros 'mercados públicos' instalados em espaços fechados ou semi-fechados no Brasil e foram comuns nas áreas urbanas especialmente a partir do final do século XVIII e grande parte do XIX, ora convivendo com os mercados, ora sucumbindo diante deles. Na cidade de Campinas as 'casinhas' começaram a funcionar entre 1819 e 1820, em edifício de taipa cuja planta foi definida pela câmara municipal.

<sup>2</sup> Cf.: MARTINS, V. **Nem senhores, nem escravos**. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1996

<sup>3</sup> Veja: DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980

<sup>4</sup> Sobre as transformações em Campinas, veja: LAPA, J. R. do A. **A cidade os cantos e os antros. Campinas, 1850/1900**. São Paulo: Edusp, 1996. MARTINS, V. **História de compra e venda. Mercados e abastecimento urbano em Campinas, 1859/1908**. 2001, Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. SEMEGHINI, U. **Do café à indústria** Campinas: Ed.Unicamp, 1991

<sup>5</sup> MARTINS, 2001, p. 25-115

<sup>6</sup> APMC – Atas da Câmara Municipal de Campinas

<sup>7</sup> THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em Comum** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.155-156

<sup>8</sup> Arq.CMC – Arquivo da Câmara Municipal de Campinas

<sup>9</sup> A única cena de violência que poderia ter resultado em assassinato ocorreu em janeiro de 1879, envolvendo dois portugueses: José Joaquim Veloso agrediu com uma navalha Antonio Francisco Palmeira dentro do Mercado. Motivo: importância paga indevidamente por Veloso que Palmeira não queria devolver. Veloso acabou condenado a 8 anos de prisão, mais multas. Palmeira, ferido, foi atendido na Casa de Saúde Santa Cruz, próxima ao Mercado. Cf. MARTINS, 2001, op.cit. p.71-72

<sup>10</sup> APESP-ACC – Arquivo Público do Estado de São Paulo, Auto Crime de Campinas

<sup>11</sup> Durante a segunda metade do século XIX, Campinas teve dois outros mercados públicos: o 'mercado de hortaliças', inaugurado em 1872, demolido em 1885, sendo substituído por um novo 'mercado de hortaliças', inaugurado em 1886. Neste texto enfoco apenas o primeiro mercado, também chamado 'mercado grande' ou 'mercado dos caipiras'.

---

12 O jogo da vermelhinha é um jogo de azar que utiliza três cartas de baralho, sendo duas de naipe preto e uma de naipe vermelho. O banqueiro mistura as cartas deixando-as voltadas para baixo. O parceiro ganha se acertar qual das três é a vermelha.

13 A víspora, conhecida também como loto, é um jogo de azar no qual se empregam cartões numerados que os jogadores vão marcando à medida que esses números, impressos em pedrinhas de madeira ou outro material qualquer, são tirados ao acaso de um saco, ganhando aquele que primeiro preencher os cinco números de uma linha ou o cartão todo.

<sup>14</sup> Sobre cultura popular, veja: BURKE, P. **Cultura popular na idade moderna** São Paulo: Companhia das Letras, 1989

<sup>15</sup> STORCH, R. O policiamento cotidiano na cidade vitoriana. **Revista Brasileira de História** São Paulo, Marco Zero, v. 5, n.º 8/9, p.7-33, 1985, p.16

<sup>16</sup> CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986. MARTINS, V. Nos arredores do Mercado Grande: mudança urbana e agitação social em Campinas na segunda metade do século XIX. **Oculum** Campinas, nº 2, p.44-57, jan.2002